

A ESTÉTICA DO NACIONALISMO

Modernismo literário e autoritarismo político em Portugal no início do século XX*

MANUEL VILLAVERDE CABRAL

RESUMO

Partindo dos escritos da geração do Orfeu, o artigo mostra a forte relação que existe, desde a década de 1880, entre a modernização dos padrões literários portugueses e a ascensão do nacionalismo, em particular no que respeita ao movimento republicano. Em seguida, resume e analisa as conotações políticas do movimento modernista que se seguiu à proclamação da República em 1910. Por fim, aborda a fisionomia crescentemente tradicionalista do regime autoritário português e o afastamento da maior parte dos criadores literários de vanguarda.

PALAVRAS-CHAVE: *Modernismo literário português; nacionalismo; movimento republicano; autoritarismo político.*

ABSTRACT

By means of an analysis of the writings of the Orfeu generation, the article shows the strong relation, established in the 1880s, between the modernization of Portuguese literary standards and the rise of nationalism, more specifically concerning the Republican movement in Portugal. It then summarizes and analyzes the political connotations of the modernist movement that followed the promulgation of the republican regime in 1910. It closes by approaching the growing traditionalism of the authoritarian regime in Portugal and the estrangement of the majority of avant-garde writers.

KEYWORDS: *Literary Modernism; nationalism; republican movement; political authoritarianism.*

[*] Publicado originalmente como “The aesthetics of nationalism: literary modernism and political authoritarianism in early twentieth-century Portugal”. *Luso-Brazilian Review*, vol. XXVI, nº 1, 1984. A presente versão foi revista e atualizada pelo autor em agosto de 2013.

[1] Mosse, George L. “Fascism and the intellectuals”. In: Woolf, S. J. (org.). *The nature of fascism*. Londres: Weinfeld and Nicolson, 1968, pp. 205-25.

A relação entre modernismo artístico e literário, por um lado, e autoritarismo de direita, por outro, tem sido frequentemente notada. Segundo o ensaio clássico de G. L. Mosse, “O fascismo e os intelectuais”, os movimentos autoritários de extrema direita do período entre as duas guerras, na Europa Ocidental, não podem ser totalmente compreendidos fora do seu contexto cultural, nomeadamente no que diz respeito à ascensão do elitismo e do nacionalismo modernos, bem como à tradição literária anterior à guerra¹. É minha convicção que, em Portugal, alguns dos melhores artistas e escritores das décadas de 1910 e 1920, em particular aqueles associados com o modernismo (*Orfeu*, 1915) e o futurismo (*Portugal Futurista*, 1917), contribuíram de forma significativa para a “atitude de espírito” e a “política estética”, utilizando a terminologia de Mosse, que deram ao

fascismo a sua aura inicial e que atraíram criadores e intelectuais. O fato de as tendências culturais e políticas terem vindo a divergir, e de os regimes autoritários e totalitários da década de 1930 terem, de modo crescente, dado lugar ao tradicionalismo cultural, é outro aspecto que confirma a semelhança de padrões entre Portugal e o resto da Europa.

Neste artigo, concentrar-me-ei principalmente na obra de Fernando Pessoa (1888-1935), José de Almada Negreiros (1893-1970), Mário de Sá Carneiro (1890-1916) e os seus companheiros da geração modernista. Este trabalho, contudo, não é um exercício de crítica literária. Não é meu propósito tentar reavaliar a obra desses escritores, mas apenas analisar os aspectos políticos explícitos e frequentemente implícitos da sua atividade criadora. Antes de comentar os escritos da geração do *Orfeu*, gostaria de mostrar brevemente a forte relação que existe, desde a década de 1880, entre a modernização dos padrões literários portugueses e a ascensão do nacionalismo, em particular no que respeita o movimento republicano. Tentarei, a seguir, resumir e analisar as conotações políticas do movimento modernista que se seguiu à proclamação da República em 1910. Para concluir, abordarei a fisionomia cada vez mais tradicionalista do regime autoritário português e o afastamento da maior parte dos criadores literários de vanguarda.

Resta-me acrescentar, finalmente, uma nota metodológica. Estou consciente da natureza controversa desta investigação. Não só grande número de críticos negou qualquer relação entre o modernismo e o fascismo em Portugal, como alguns deles argumentaram mesmo que qualquer tentativa para relacionar esse movimento literário com o autoritarismo político seria moralmente errada e, na verdade, prejudicial à reputação de um notável grupo de artistas². No que me diz respeito, a pesquisa histórica não deve sujeitar-se a esse tipo de restrições e apresso-me a acrescentar que, no caso de essa relação vir a ser estabelecida, por remota que seja, não vejo de que modo isso poderá prejudicar a reputação artística ou até moral dos autores em questão.

AS ORIGENS DO NACIONALISMO LITERÁRIO

Parece-me razoável afirmar que as tendências culturais portuguesas, particularmente em literatura, sofreram uma mudança significativa nos finais da década de 1860 com o advento da chamada “Geração de 1870”. Na medida em que a cultura possa ser relacionada com os problemas mais amplos da mudança social, é lícito dizer que as tendências literárias modernas seguiram de perto a institucionalização do liberalismo político e o começo da modernização social e econômica. Contudo, foi apenas na década seguinte, como reação aos problemas políticos e sociais levantados pelas deficiências de funcionamento do sistema liberal e pela progressão da economia de mercado, que o movimento republicano surgiu,

[2] Entre os que conheceram Pessoa e foram dos primeiros a escrever sobre ele, incluem-se João Gaspar Simões, *Vida e obra de Fernando Pessoa: história de uma geração*, 2 vols. (Lisboa: Bertrand, s/d, especialmente vol. II, pp. 285 passim), e Adolfo Casais Monteiro (citado por J. A. Neves, nesta nota); nas gerações seguintes, contam-se José Augusto Seabra, “Poética e política de Fernando Pessoa”, *Persona*, Porto, Centro de Estudos Pessoaanos, nº 1, 1977, pp. 11-20, e Joel Serrão (nesta nota), para mencionar só alguns dos mais importantes comentadores de Pessoa. Entre os autores secundários, é comum a atitude de defender Pessoa de “aqueles que acusaram Fernando Pessoa de [ser] ultradireitista, fascista e outras coisas que o poeta jamais foi”, como escreve, por exemplo, João Alves das Neves. “As ideias políticas de Fernando Pessoa em três volumes”, *Persona*, nº 8, 1983, pp. 51-3. Também nos Estados Unidos, alguns dos admiradores de Pessoa, tal como o seu tradutor Edwig Honig, acreditam que “é injusto e certamente irónico chamar fascista a Pessoa [...] Todas as coisas escritas contra Pessoa [...] impedem-no de se tornar conhecido como escritor português”, em entrevista a George Monteiro (org.). *The man who never was. Essays on Fernando Pessoa*. Providence: Gávea-Brown, 1982, p. 161. Para um ponto de vista mais próximo do meu, ver Margarido, Alfredo. “Introdução a Fernando Pessoa”. In: *Santo António. São João. São Pedro*. Lisboa: Regra do Jogo, 1986.

contribuindo para estabelecer, desde o início, um forte elo entre a luta contra o regime monárquico e a ascensão do nacionalismo moderno.

Do ponto de vista estético, pode dizer-se que o modernismo literário português foi iniciado pelo poeta Cesário Verde (1855-1886). O nascimento da poesia moderna portuguesa é frequentemente datado dos tempos de Antero de Quental (1842-1819), mentor teórico da “Geração de 1870”. No entanto, apesar do seu grande envolvimento em causas políticas e sociais e da sua contribuição crucial para a ideologia da “decadência” como o principal ingrediente do nacionalismo moderno³, Antero permaneceu, do ponto de vista estético, um “neoclássico” e não conseguiu revolucionar a escrita poética do seu tempo⁴. Como o próprio Pessoa disse, “Cesário ensinou-nos a ver”, o que, neste contexto, significa que Cesário Verde foi, de fato, o primeiro a trazer para a poesia portuguesa as preocupações baudelairianas com o mundo moderno e as novas atitudes do artista perante a modernidade. Quando, em 1914, foi pedido a Mário de Sá Carneiro para citar as obras principais da literatura moderna portuguesa, este respondeu de modo provocatório: “Frisantemente, o livro do futurista Cesário Verde, ondulante de certo, imenso de Europa, ziguezagueante de esforço”⁵.

Como era de prever, também Cesário se associou ao protesto político e ao republicanismo, chegando a contribuir para as comemorações republicanas de Camões, em 1880, com o famoso “O sentimento de um ocidental”, no qual descreve as deambulações do artista através da cidade moderna. É verdade que o patriotismo de Cesário apenas se revela brevemente em algumas alusões críticas ao papel dominante desempenhado pela Grã-Bretanha na história e na política portuguesas. Vale a pena realçar, porém, a sua associação com o republicanismo e as celebrações camonianas, pois estas foram, sem dúvida, os eventos fundadores do moderno nacionalismo político em Portugal. Concebidas pelo Partido republicano contra o Tratado de Lourenço Marques imposto pela Grã-Bretanha, em 1877, não é por acaso que as comemorações misturaram explicitamente literatura e política, elegendo como símbolo nacional o poeta do século XVI célebre pelo relato épico dos feitos históricos portugueses, Luís de Camões⁶.

No entanto, datar o nacionalismo literário português da década de 1880 corresponde, sobretudo, a sublinhar o duradouro impacto estético das inovações estilísticas e temáticas de Cesário, bem como a sua influência sobre os modernistas dos anos 1910 do século XX. Dito isto, só na década de 1890 é que o nacionalismo literário amadureceu. Cesário Verde já havia morrido quando se deu a maior crise do liberalismo português, abrindo caminho a uma nova fase histórica, tanto em literatura como em política. Em janeiro de 1890, o ultimato britânico conferiu mais força ao nacionalismo político

[3] Quental, Antero de. “Causas da decadência dos povos peninsulares nos últimos três séculos” (1871). In: *Prosas*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1926, vol. 2, pp. 92-140.

[4] Ver, por exemplo, Nuno Júdice, no prefácio às *Odes modernas* de Antero de Quental. Lisboa: Ulmeiro, 1983, pp. 5-11, max. 6.

[5] Citado por João Alves das Neves (ed.) em *Mário de Sá Carneiro*. São Paulo: Iris, s/d, p. 205. Tem sido bastante discutida a contribuição de Sá Carneiro para o modernismo e o futurismo. Pamela Bacarisse, no seu excelente estudo *A alma amortalhada: Mário de Sá Carneiro's use of metaphor and image* (Londres: Thamesis, 1984), tende a minimizar tal contribuição, mas John Parker, em *The life and works of Mário de Sá Carneiro* (tese de doutoramento não publicada, Cambridge, 1959), manifesta apreço pela sua “visão cubista”. Sabemos também que Sá Carneiro era atraído pela teoria da “república aristocrática” de Pessoa (ver abaixo).

[6] Mais de cem anos depois, Portugal continua a celebrar “O Dia de Portugal” – “O Dia da Raça”, como era designado sob Salazar e Caetano – a 10 de junho, data presumível da morte de Camões em 1580. A explicação do lugar simbólico do poeta quinhentista no moderno nacionalismo português requeriria outra investigação.

num só dia do que a propaganda republicana e os ideólogos autoritários na veia de Oliveira Martins (1845-1894) lhe tinham dado na década anterior. Atingindo no coração a identidade portuguesa como nação atrasada e pequena, incapaz de corresponder à imaginada grandeza do seu império histórico, o ultimato provocou uma reação patriótica que encontrou a sua melhor expressão literária em vários livros do mais popular dos poetas republicanos, Guerra Junqueiro (1850-1923).

O ultimato seria, porém, seguido por mais problemas sociais, econômicos e políticos. Na viragem de 1892, a sociedade portuguesa já se tinha afastado abruptamente do liberalismo comparativamente pacífico das quatro décadas anteriores e passara a um estado de crise semipermanente, que viria a resultar primeiro na República, depois no golpe de Estado de 1926 e, finalmente, na década de 1930, na institucionalização do autoritarismo sob Salazar. Por outras palavras, 1890 marca o início do “crepúsculo do Estado liberal” em Portugal, para usar a expressão de Mosca⁷. A monarquia foi seriamente posta em causa pela primeira vez em 31 de janeiro de 1891 e, entre os chefes do abortado golpe republicano do Porto, não se pode deixar de notar a presença de dois dos mais influentes ideólogos nacionalistas do período seguinte, a quem Junqueiro dedicou o drama em verso *Pátria* (1896): Basílio Teles (1856-1923), sem dúvida o proponente mais articulado do autoritarismo nos princípios do século XX; e Sampaio Bruno (1856-1915), cujo positivismo adquiriu, com o decorrer do tempo, tons de profecia esotérica próxima do “sebastianismo” do próprio Fernando Pessoa em *À memória do Presidente-Rei Sidónio Pais* (1920) e *Mensagem* (1934)⁸.

É nesse contexto que se têm de compreender, igualmente, os repetidos elogios de Fernando Pessoa à poesia nacionalista de Junqueiro, independentemente do baixo valor estético hoje atribuído a esses poemas. Contudo, o nacionalismo literário — transformado agora num movimento autoconsciente — não adquiriu qualquer dimensão épica nem heroica durante a última década do século XIX. Em contraste com *Pátria*, de Junqueiro, o nacionalismo literário representou, antes, um afastamento da cena política e social, tornando-se uma espécie de refúgio do subjetivismo e, na realidade, de certo tradicionalismo. Apesar dos seus esforços para escrever um poema patriótico, significativamente intitulado “O Desejado” — publicado postumamente em *Despedidas* (1902), com um prefácio de Sampaio Bruno —, o melhor representante do nacionalismo literário, António Nobre (1867-1900), embora estreitamente ligado às novas tendências da poesia francesa, continua também a ser o exemplo mais óbvio da inerente contradição entre tradição e modernidade que atravessa o nacionalismo.

[7] Ver o meu *Portugal na alvorada do século XX. Forças sociais, poder político e crescimento económico*. Lisboa: Regra do Jogo, 1979.

[8] Ver Sampaio (Bruno), José Pereira. *O Encoberto*. Porto: Lello, 1904. Já em 1914 Pessoa escrevia a Bruno sobre o “sebastianismo”: cf. Serrão, Joel. *Sampaio Bruno. Sua vida e obra*. Lisboa: Inquérito, 1957, pp. 136-8.

[9] Ver Bradbury, Malcolm e Macfarlane, James (orgs.). *Modernism: 1890-1930*. Harmondsworth: Penguin, 1976, p. 49.

[10] Gellner, Ernst. *Nations and nationalism*. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1983, pp. 79-80: “O nacionalismo tem as duas fases de Jano [...] uma adaptada ao pluralismo religioso e social das comunidades rurais e populares [...] e a outra dirigida aos literatos fastidiosos, escolásticos e individualistas das cidades”.

[11] Pessoa, Fernando. “Para a memória de António Nobre”. In: *Obras em prosa*. Org. de Cleonice Berardinelli. Rio de Janeiro: Aguilar, 1982, pp. 344-5.

[12] Ibidem.

[13] Guerra Junqueiro. *Obras*. Ed. de Amorim de Carvalho. Porto: Lello, 1972, pp. 627-47.

Assim, pode dizer-se que, a partir de 1890, “a marca da dupla face de Jano” própria do modernismo literário⁹ já era também visível em Portugal. Parece-me lícito afirmar que essa ambígua qualidade provém diretamente, neste caso, da natureza do próprio sentimento nacionalista, como Gellner observou¹⁰. De qualquer modo, é importante lembrar como Pessoa também estava estranhamente ciente dessa “qualidade jânica”:

Quando a hora do Ultimatum abriu em Portugal, para não mais se fecharem, as portas do templo de Jano, o deus bifronte revelou-se na literatura nas duas maneiras correspondentes à dupla direcção do seu olhar. Junqueiro — o de Finis Patriae e o de Pátria — foi a face que olha o Futuro, e se exalta. António Nobre foi a face que olha o Passado, e se entristece¹¹.

A relação dos modernistas com António Nobre foi sempre muito forte, em particular no caso de Sá Carneiro, que amava as suas “ternuras de pagem, saudades de luar, febres esguias”. Mas também Pessoa reconheceu que:

Quando ele nasceu, nascemos todos nós. A tristeza que cada um trás consigo [...] é ele ainda, e a vida dele [...] é, afinal, a súpula da vida que vivemos [...] sem outra consolação do que essa, infantil, de sabermos que é inutilmente que choramos¹².

A exemplo de António Nobre, como adiante mostrarei, também Pessoa se virou cada vez mais para o passado, apesar dos seus esforços para descrever o esotérico futuro do “Quinto Império”. Quando escreveu sobre Nobre, em princípios da década de 1910, no início da sua espetacular intervenção na cena cultural portuguesa, Pessoa estava ideologicamente — senão esteticamente — muito mais próximo da retórica heroica e futurante de Junqueiro do que do lirismo triste e nostálgico do autor de *Só* (1892). De fato, nas suas “Anotações” à *Pátria*, Junqueiro dá-nos mais do que uma indicação para explicar a forte ênfase colocada por Pessoa na relação entre, por um lado, o seu conceito de “nova poesia portuguesa” e, por outro, o nacionalismo republicano.

Os mal disfarçados elementos messiânicos e algo autoritários da noção de reforma política concebida por Junqueiro culminam num conceito de república que antecipa, claramente, a própria visão de Pessoa. Para Guerra Junqueiro,

o republicanismo não é [...] uma fórmula de Direito Público; é a fórmula extrema da salvação pública [...] Republicano e Patriota tornaram-se sinónimos [...] Nesta agudíssima crise nacional, a República é mais do que uma simples forma de governo. É o último esforço, a última energia que uma Nação moribunda opõe à Morte¹³.

Assim, do mesmo modo que Junqueiro e, em larga medida, que a *Renascença Portuguesa*, a revista “saudosista” criada por Teixeira de Pascoais (1877-1952) pouco tempo depois da proclamação da República, Pessoa associou-se igualmente de forma explícita ao movimento republicano, ao mesmo tempo que estabelecia uma relação forte, embora obscura, entre esse movimento e as novas tendências da literatura portuguesa:

*Tendo o movimento literário português nascido com e acompanhado o movimento republicano, é dentro do republicanismo, e pelo republicanismo, que está, e será, o glorioso futuro deduzido. São duas fases do mesmo fenómeno criador*¹⁴.

Também para Pessoa, “ser monárquico em Portugal, hoje, é atraiçoar a alma nacional e o futuro da Pátria”. Contudo, acompanhando Junqueiro e, em particular, a rejeição total de um teórico radical do republicanismo como Basílio Teles (1856-1923) relativamente ao liberalismo enquanto sistema político inadequado para sustentar o estatuto histórico de Portugal, Pessoa logo se separa de qualquer tentativa, por parte do republicanismo, para prolongar a política do constitucionalismo:

*O republicanismo que fará a glória da nossa terra e por quem novos elementos civilizacionais serão criados, não é o actual, desnacionalizado, idiota e corrupto do tripartido republicano*¹⁵.

É evidente, por conseguinte, que, a partir do primeiro apelo a “uma nova poesia portuguesa” feito em 1912, Pessoa não só estabeleceu uma profunda conexão entre a literatura e a política sob um conceito messiânico do republicanismo, como exprimiu também vigorosamente o seu nacionalismo e o seu desprezo pela política demo-liberal:

*É bom fixar isto também: que se ser monárquico é ser traidor à alma nacional, ser correligionário do Sr. Afonso Costa, do Sr. Brito Camacho ou do Sr. António José de Almeida, assim como da vária horrorosa subgente sindicalista, socialística e outras coisas, representa paralela e equivalente traição*¹⁶.

Finalmente, esta dupla rejeição do liberalismo e do socialismo é acompanhada de um veemente apelo ao modernismo em literatura, bem como em política, enquanto verdadeiro “valor civilizacional”. Como Pessoa escreveu posteriormente sobre a República:

o espírito de tudo isso é absolutamente o contrário da nova corrente literária. Tudo ali é importado [...] sem elevação nem grandeza [...] para nada de morte lhes faltar, nem anti-tradicionistas são. [Mas tudo isso, assim

[14] Pessoa, Fernando. *A nova poesia portuguesa*, publicada pela primeira vez em 1912 em números sucessivos da *Águia* (Porto: Renascença Portuguesa) e reeditada muitas vezes desde então; cf. *Obras em prosa*, op. cit., pp. 361-97.

[15] *Ibidem*.

[16] *Ibidem*.

como] as formas extremas de democracia, [...] anarquia e socialismo; a nossa sub-humanidade política e a nossa proletariagem humanitante; tudo isso, que afinal é estrangeiro, morrerá de per si, ou à boca dos canhões do nosso Cromwell futuro. E a nossa grande Raça partirá em busca de uma Índia nova.

No começo da década de 1910, tal atitude estética e política não pode deixar de ser associada ao movimento que se vinha propagando, em quase toda a Europa, no sentido de uma “saída” diferente para as clivagens tradicionais próprias do quadro demo-liberal. Embora seja sempre difícil falar de “pré-fascismo”, em particular no caso de um criador, cujas principais preocupações eram evidentemente estéticas, não me parece errado dizer que existiam desde 1912, na atitude política de Fernando Pessoa, numerosos ingredientes que relacionam a sua filosofia política com as principais correntes do nacionalismo autoritário moderno. Efetivamente, é essa mistura específica de modernismo e nacionalismo que o separa, simultaneamente, do brandito autoritarismo de muitos escritores republicanos da época, como alguns dos membros da *Seara Nova*, e do crescente tradicionalismo dos autores monárquicos, nomeadamente os Integralistas Lusitanos.

A REVOLUÇÃO MODERNISTA

Poucas dúvidas haverá de que o principal impulso de Pessoa em direção ao modernismo literário e à sua associação com a jovem geração futurista deriva das suas preocupações estéticas e não de qualquer militância política consistente. Por outras palavras, embora haja provas convincentes da sua insatisfação com a falta de propostas políticas transformadoras no seio do grupo da Renascença Portuguesa, parece claro que a ruptura com esse movimento só veio confirmar o seu profundo desacordo estético com o “saudosismo” de Pascoais, e com a vagueza e a sentimentalidade neorromânticas da maior parte dos poetas da Renascença. No entanto, como reconhece o poeta e crítico José Augusto Seabra, os complexos motivos que levaram Pessoa a afastar-se do grupo de Pascoais não eram muito diferentes daqueles que levaram António Sérgio (1883-1969) e Raúl Proença (1884-1942), futuros fundadores do grupo da *Seara Nova*, a fazer a mesma coisa, a fim de formularem propostas próprias para superar a crise do liberalismo português. Tais motivos não podem, por conseguinte, ser inteiramente isolados das atitudes políticas mais vastas perante o regime liberal¹⁷.

Em qualquer caso, foi essencialmente sob a influência da sua educação inglesa e da leitura dos simbolistas franceses, bem como da descoberta recente da poesia quase desconhecida de Camilo Pessanha (1869-1926)¹⁸, que Pessoa redigiu o poema-manifesto “Paúis” em

[17] Seabra, José Augusto. “Da ‘Renascença Portuguesa’ ao ‘Orpheu’”. *Persona*, n.º 2, 1978, pp. 53-60; ver também o meu trabalho “O grupo da *Seara Nova* e as ambiguidades do elitismo liberal português”. *Portuguese Studies*, vol. 4, 1988.

[18] Sobre as relações entre Camilo Pessanha e a Geração Modernista, ver a edição especial de *Persona*, n.º 10, Porto, jul. 1984.

1913, como reação contra o “saudosismo”. Previsivelmente, o poema foi recusado pela *Águia* — a revista da Renascença Portuguesa — e o episódio pôs termo à colaboração de Pessoa com o movimento. Do mesmo passo, “Paúis” representou importante ruptura com as tendências predominantes da poesia portuguesa. Não só o poema se fez eco das expressões mais sofisticadas da arte e da literatura europeias da época, como contribuiu imediatamente para cristalizar, em torno de Fernando Pessoa, o grupo de jovens artistas que viria a publicar *Orfeu* dois anos mais tarde. Apesar do óbvio caráter esteticamente revolucionário de “Paúis”, não é fácil relacioná-lo, remotamente que seja, com qualquer ideologia política. Tal ligação entre revolucionarismo estético e revolucionarismo político só se tornará mais clara com o advento do futurismo português em 1917.

Na realidade, o “paúlismo” ainda se encontrava a meio caminho entre o modernismo tradicional, com o seu subjetivismo decadente, e o novo modernismo com a sua complexidade e objetividade, segundo o futuro programa de Pessoa. Só os poetas menores do grupo continuaram a escrever durante algum tempo na veia paúlica. Em finais de 1914, Mário de Sá Carneiro, que estivera afastado em Paris, ficou surpreendido ao saber que o seu jovem amigo António Ferro (1895-1956), o futuro administrador de *Orfeu*, andava a espalhar a notícia de que o “paúlismo” fora ultrapassado por outro “ismo” criado por Pessoa¹⁹. E de fato, em março do mesmo ano, Pessoa escrevera “Chuva oblíqua”, um longo manifesto poético do “interseccionismo”, que surgiu como uma espécie de equivalente literário do cubismo e representava uma fase mais adiantada da procura pessoana daquilo a que chamava a “intelectualização das emoções”. Embora o “interseccionismo” dificilmente possa ser descrito como politizado, Sá Carneiro — sobretudo em “Manicure” e “Apoteose”, os dois únicos poemas futuristas que escreveu, antes de se suicidar em Paris, em abril de 1916 — e Almada Negreiros conferiram-lhe um tom político, à medida que a “política estética” e a política *tout-court* se tornaram partes integrantes da matéria de que era feita a literatura modernista.

Contudo, no mesmo dia em que escreveu “Chuva oblíqua”, a 8 de março de 1914, Pessoa terá criado também o seu primeiro heterônimo, Alberto Caeiro, o anti-Pascoais, cujo materialismo metafísico — ou “paganismo transcendental”, como ele lhe chamava — contém mais de um ponto de conexão com os aforismos do *Tractatus* de Wittgenstein. Embora também não se possa falar de poesia política a propósito de *O guardador de rebanhos*, também Caeiro alude, por vezes, explicitamente, ao cotidiano político, ao mesmo tempo que torna explícita a sua posição anti-humanitária e antissocialista. É assim que alude, por exemplo, de modo realista, mas desdenhoso, a esse “homem das cidades” que:

[19] Carta de Sá Carneiro a Fernando Pessoa, 12 de dezembro de 1914, citada por Neves, *op. cit.*, p. 250.

*Falava da justiça e da luta para haver justiça
E dos operários que sofrem,
E do trabalho constante, e dos que têm fome,
E dos ricos, que só têm costas para isso...*

Mais importante, porventura, é o fato de o segundo heterónimo surgir igualmente em março e é exato que Caeiro diz sentir, no final d’*O guardador de rebanhos* (poema XLVI), a emergência de outra personalidade:

*Procuro despir-me do que aprendi,
Procuro esquecer-me do modo de lembrar que me ensinaram,
E raspar a tinta com que me pintaram os sentidos,
Desencaixotar as minhas emoções verdadeiras,
Desembrulhar-me e ser eu, não Alberto Caeiro,
Mas um animal humano que a natureza produziu.*

*Ainda assim, sou alguém,
Sou o Descobridor da Natureza,
Sou o Argonauta das sensações verdadeiras.
Trago ao Universo um novo Universo
Porque trago ao Universo ele próprio...*

A descoberta de “sensações verdadeiras” começa realmente com “Opiário”, seguido pouco depois pela dramática “Ode triunfal”. Esses poemas fazem figura de manifesto do “sensacionismo” e, na verdade, de precursores do futurismo português, o qual se materializou no decorrer dos três anos seguintes sob a assinatura de um fictício engenheiro naval formado em Glasgow, Álvaro de Campos, o homem que desde o início declarou pertencer “a um género de portugueses que depois de estar a Índia descoberta ficaram sem trabalho”. Pertença e cosmopolitismo surgiram no modernismo português, simultaneamente, como um dom natural proveniente do contexto universalista da aventura marítima nacional — assim o afirmou Pessoa sob o disfarce de Álvaro de Campos. Daí o “sensacionismo” reivindicar ser mais inovador e profundo do que todos os “ismos” da época, incluindo o futurismo. Como é sabido, Pessoa escreveu sem cessar acerca disso e sentimos a sua amargura patriótica quando diz, não sem uma ponta de verdade:

O cubismo, o futurismo e outros ismos menores tornaram-se bem conhecidos e muito falados, porque se originaram nos admitidos centros da cultura europeia. O sensacionismo, que é um movimento bem mais importante, bem mais original e bem mais atraente do que aqueles, permanece desconhecido porque nasceu longe daqueles centros²⁰.

[20] Manuscrito de 1916 (?) sobre “Os sensacionistas portugueses”. In: *Obras em prosa*, op. cit., p. 454.

Finalmente, alguns meses depois da invenção de Caeiro e Campos, apareceu o terceiro grande heterônimo, Ricardo Reis, igualmente membro da família sensacionista. Mas, nas suas odes pseudo-horacianas, as sensações foram subjugadas ou, no dizer do próprio Pessoa, “o sensacionismo foi logicamente tornado neoclássico pelo Dr. Ricardo Reis”. Assim, antes mesmo de rebentar a Primeira Guerra Mundial, a intervenção de Pessoa, que contava então 26 anos, já havia criado o padrão virtualmente único da sua contribuição à literatura moderna. Para citar um dos seus tradutores ingleses, “Fernando Pessoa é o exemplo máximo do tipo de poeta essencialmente moderno: o introvertido objectivo”²¹. Ou, para cunhar um conceito familiar à terminologia estética de Pessoa, a *subjetividade objetivada*. De fato, como dizem Bradbury e Macfarlane,

*se um dos aspectos mais notáveis do período entre 1890 e 1930 é essa extraordinária galáxia de talentos, e se poucas fases históricas contêm uma tal opulência de escritores importantes [...] cuja complexidade de investigação estética, cujo sentido generativo do estilo e cuja temerária inteligência de base oferecem tantos trabalhos dignos de serem considerados em pormenor*²²,

então é adequado dizer que Fernando Pessoa era, ele mesmo, toda uma galáxia de complexa pesquisa estética, de sentido generativo do estilo e de inteligência temerária, senão virtualmente autodestruidora.

Um ano após o nascimento dessa galáxia de heterônimos, Portugal passava por uma segunda experiência autoritária. Em 1907, o antigo político monarquista João Franco (1855-1929) já tentara, sem êxito, montar uma solução ditatorial para os problemas de longo prazo do liberalismo oligárquico e clientelar. Em 1915, a breve ditadura do general Pimenta de Castro (1846-1918) constituiu nova tentativa inconstitucional, a primeira sob a República, a fim de conter as novas pressões impostas ao regime liberal pela crescente agitação urbana e pela guerra. Pimenta de Castro acabou por ser derrotado em 14 de maio de 1915, ao cabo de uma sangrenta revolução chefiada pelo Partido Democrático, episódio que encontrou vários ecos na literatura modernista.

Embora, inicialmente, Pessoa pareça ter-se oposto à ditadura, mostrou-se mais tarde favorável a Pimenta de Castro e não deixou de relacionar o autoritarismo mitigado deste último com a série de tentativas ditatoriais que acabaram por levar à queda do regime republicano e à implantação do nacionalismo autoritário na segunda metade da década de 1920²³. Mais importante, contudo, é o fato de ter sido sob o regime de Pimenta de Castro que várias facções da extrema direita tiveram, pela primeira vez, repercussão notória nas elites portuguesas. A mais influente dessas facções foi, sem sombra de dúvida,

[21] Griffith, Jonathan. “Introdução a Fernando Pessoa”. In: *Selected poems*. Harmondsworth: Penguin, 1974, pp. 9-23.

[22] Bradbury e Macfarlane, op. cit., p. 52. De facto, não há uma única referência a Pessoa nem aos seus companheiros nas 700 e tal páginas desta excelente coleção de ensaios sobre o Modernismo. Se o livro tivesse sido publicado dez anos mais tarde, tal omissão não se teria provavelmente verificado. O Modernismo português já foi objeto de atenção, por exemplo, na obra de Folojewski, Zbigniew. *Futurism and its place in the development of Modern Poetry. A comparative study and anthology*. Ottawa: University Press, 1980.

[23] Ver o prefácio que escrevi para a reedição de *Eh Real!* (13 de maio de 1915), número único do jornal onde Fernando Pessoa publicou o seu conhecido “Preconceito da ordem” (Lisboa: Contexto, 1983). Ver também de Fernando Pessoa, “Carta a um herói estúpido”. In: *Da república*. Ed. Joel Serrão. Lisboa: Ática, 1979, pp. 195-9.

o Integralismo Lusitano, diretamente inspirado pela *Action Française* e inspirador, por seu turno, do Integralismo brasileiro, cuja ideologia recuava à tradição nacionalista política e literária portuguesa. Apesar de o tradicionalismo cultural e estético dos integralistas impedir que os modernistas se associassem a eles, Pessoa, como muitos outros, serviu-se repetidas vezes dos seus temas políticos.

Outro canal de expressão do nacionalismo autoritário moderno, criado igualmente em princípios de 1915, foi a revista quinzenal *Ideia Nacional*, publicada por Francisco Homem Cristo Filho (1892-1928), filho de outro Homem Cristo (1860-1943), antigo militante republicano que se juntara às fileiras do autoritarismo monárquico, declarando-se desiludido com a República. A *Ideia Nacional* inspirava-se no nacionalismo italiano e publicava com orgulho artigos dos líderes do nacionalismo italiano, como Corradini e Federzoni, que depois da guerra se juntariam ao Partido Fascista de Mussolini. Almada Negreiros também colaborava regularmente na revista, chegando a desenhar várias das suas capas.

Literato cosmopolita e extravagante, o jovem Homem Cristo desfrutava de alguma credibilidade entre a extrema-direita parisiense e manteve-se sempre defensor da juventude como categoria política. Sá Carneiro e outros membros do movimento modernista, como o pintor Guilherme de Santa-Rita (1889-1918) e o dr. Raul Leal (1886-1964), costumavam encontrar-se antes da guerra com Homem Cristo em Paris, onde este publicou um entusiástico *Mussolini Bâtitiseur d'Empire* (1923). Durante a ditadura militar implantada em 1926 em Portugal, Homem Cristo não pactuou com a alegada moderação ideológica dos militares e foi expulso do país, vindo a morrer aos 36 anos de maneira algo futurística num acidente de viação, perto de Roma, quando ia encontrar-se com Mussolini.

Finalmente, foi ainda sob o regime de Pimenta de Castro que Pessoa e os seus amigos lançaram *Orpheu*, em março de 1915, provocando um “escândalo” imediato e duradouro. Com a publicação dos dois números da revista, o modernismo português adquiriu, pois, os traços de uma “guerrilha estética” que veio a ajudar na fragmentação da legitimidade cultural da República. A exemplo do futurismo italiano e de vários outros movimentos europeus de vanguarda, *Orpheu* representa também um novo tipo de politização da arte e da literatura. Não só os artistas e escritores se organizavam em facções, publicando manifestos atrás de manifestos, como a revolução estética se apresentava como uma metáfora, senão mesmo como um modelo, da necessidade de revolucionar toda a ordem social e até a própria vida. “A arte moderna revolucionou a Vida”, gostava António Ferro de dizer em princípios da década de 1920, repetindo o que haviam proclamado antes dele outros modernistas mais notáveis²⁴. De fato, o artista moderno não se

[24] Ferro, A. *A idade do jazz-band* (1923). In: António Ferro. Ed. António Quadros. Lisboa: Secretariado Nacional da Informação, 1963, p. 15.

via como um intelectual *engagé*, apoiando qualquer ideologia política estabelecida, como muitos intelectuais tinham feito no passado e fariam no futuro. Via-se, sim, empenhado em impor à política uma visão estética do mundo. Como Pessoa o disse cristalina, “a política é uma forma subordinada da estética”.

A POLÍTICA DO MODERNISMO E DO FUTURISMO

A politização da estética e a estetização da política atingiram o auge dois anos mais tarde com a publicação, em 1917, do único número da revista *Portugal Futurista*, que continha o provocatório “Ultimatum” de Álvaro de Campos e foi rapidamente apreendido pela polícia do presidente do conselho Afonso Costa (1871-1937). Porém a força motora por trás do futurismo português foi Almada Negreiros. Cinco anos mais novo do que Pessoa, desenhista e futuro pintor, familiarizado com Paris e as suas tendências, Almada teve papel decisivo na junção do grupo inicial de *Orpheu*, ainda de certo modo decadentista, com a nova geração de pintores portugueses. Sob a influência de Santa-Rita Pintor, nome de combate do autoproclamado agitador futurista, Almada foi o mais importante membro do grupo na luta de guerrilha contra as instituições literárias da época e contra a sociedade portuguesa em geral.

Ao contrário de tudo o que seria de prever, a publicação de *Orpheu* constituiu um êxito inesperado por causa das reações escandalizadas que provocou da parte dos poderes estabelecidos. O contra-ataque de Almada foi fulminante. Ao mesmo tempo que trabalhava na sua singular contribuição para a prosa modernista, nomeadamente a sua longa e brilhante novela urbana, *A engomadeira*, publicada em janeiro de 1915, “onde interseccionei evidentes aspectos da desorganização e descarácter lisboeta”²⁵, Almada tornou-se, com pouco mais de 20 anos, o empresário do espetáculo modernista e especializou-se em escrever os seus manifestos mais provocatórios.

Primeiro, publicou o “Manifesto anti-Dantas”, onde atacou vigorosamente não só o poeta e dramaturgo académico Júlio Dantas (1876-1962), mas todos “esses cavalheiros que deram a Portugal a reputação do país mais atrasado da Europa”²⁶. E logo a seguir, na mesma data em que os partidários do autoritarismo e os liberais se enfrentavam sangrentamente pela primeira vez no Portugal republicano, 14 de maio de 1915, Almada escreveu o poema mais feroz desses dias ferozes, “A cena do ódio”, que figura como uma longa e sarcástica denúncia de todos os defeitos da sociedade portuguesa, em especial da classe média e, claro está, da elite política²⁷.

Ao longo dos dois anos seguintes, foi ele também quem apresentou o pintor Amadeu de Sousa Cardoso (1887-1918) ao público lis-

[25] Bem conhecido como artista plástico, os trabalhos literários de Almada Negreiros eram praticamente desconhecidos até ao princípio da década de 1970. Os contos escritos entre 1915 e 1920 foram reunidos em *Obras completas*. Lisboa: Estampa, 1970, v. 2: Contos e novelas.

[26] In: *Obras completas*. Lisboa: Estampa, 1972, v. 6: Textos de intervenção; que contém, com o volume 5, de ensaios, (Lisboa: Estampa, 1971), a maior parte dos seus pronunciamentos estéticos e políticos desde 1915 até 1962.

[27] In: *Obras completas*. Lisboa: Estampa, 1971, v. 4: Poesia; incluindo também o futurista “Mima-Fataxa” e “Litoral”, ambos de 1916, e uma reedição de *A invenção do dia claro*, publicada pela pequena casa editora Olisipo em 1921.

boeta como a “primeira descoberta portuguesa da Europa do século XX” (dezembro de 1916); e, finalmente, provocou uma enorme vaga de protestos com a sua primeira conferência futurista, onde leu o *Ultimum futurista às gerações portuguesas do século XX*, cuja brilhante ironia não excluía algumas conotações políticas evidentes:

Nós vivemos numa Pátria onde a tentativa democrática se compromete quotidianamente. A missão da República portuguesa já estava cumprida antes de 5 de Outubro: mostrar a decadência da raça [...] É preciso explicar à nossa gente o que é a democracia para que não torne a cair em tentação. É preciso violentar todo o sentimento de igualdade que sob o aspecto da justiça social tem paralisado tantas vontades e tantos génios [...] É preciso ter consciência exacta da Actualidade...²⁸

[28] In: *Obras completas*, v. 6, op. cit., pp. 29-39.

É certo que o movimento estético revolucionário foi muito breve, como de resto a maior parte das experiências de vanguarda tende a sê-lo. Perdeu muito com o suicídio de Sá Carneiro e a morte prematura de Santa-Rita por tuberculose, bem como a do melhor pintor do modernismo português, Sousa Cardoso, devido à epidemia de 1918. Embora Pessoa e Almada nunca se tenham afastado um do outro, a verdade é que parecem ter-se empenhado cada vez mais nas próprias obras, deixando a luta de guerrilha para figuras de menor envergadura, como o editor artístico da *Ideia Nacional*, José Pacheco (1885-1934)²⁹, ou António Ferro, que viria a estabelecer contatos com o modernismo brasileiro, publicando o seu tardio manifesto futurista “Nós”, em 1922, na revista *Klaxon*. Almada ainda publica um belo poema em prosa pré-surrealista, “A invenção do dia claro” (1921), editado por Pessoa na sua *Olisipo*, mas tem de partir para Espanha em 1927 por razões profissionais e aí permaneceu até 1932. Desenvolveu então intensa atividade artística, ao mesmo tempo que se envolvia na vida cultural local, dinamizando as relações intelectuais entre os grupos modernistas luso-espanhóis³⁰.

[29] José Pacheco, ou Pachêko como ele gostava de escrever, foi outro dos empresários do movimento. Era codiretor com Pessoa da *Contemporânea* (1922-1926). Mas numa carta de 4 de agosto de 1923 a Cortes Rodrigues, Pessoa queixa-se: “Tanta saudade — cada vez mais tanta! Daqueles tempos antigos do *Orpheu*, do paúlismo, das intersecções, e de tudo o mais que passou!... Você tem visto a *Contemporânea*? É de certo modo a sucessora de *Orpheu*. Mas que diferença!” (*Obras em prosa*, op. cit., p. 415).

[30] Para Almada Negreiros, ver Serra, Filomena. *O retrato na encruzilhada da pintura portuguesa, 1911-1949*. Tese de doutoramento, FCSH-UNL, 2013, em especial para este período, pp. 372-6. Almada irá finalmente conquistar o seu lugar como o artista plástico nacional mais importante nos anos 30 e 40 do século XX, nomeadamente com os painéis de azulejo das Gares Marítimas de Alcântara (Serra, op. cit., pp. 550-60). Em contrapartida, só nos anos 1930 publicou o único romance modernista português, *Nome de guerra* (Lisboa: Europa, 1938), escrito em 1925 antes da estada em Madri.

Entretanto, os frutos ideológicos do movimento modernista português tornaram-se evidentes após o assassinato de Sidónio Pais em dezembro de 1918 e durante o período de intenso conflito político entre autoritarismo e liberalismo que se lhe seguiu. É bem conhecido o compromisso de Pessoa com o sidonismo e não é preciso lembrar que é ele o autor de *O Interregno: Defesa e justificação da ditadura militar em Portugal*, publicado em 1928, já sob o regime ditatorial. Voltaremos a isso daqui a pouco. Em 1927, António Ferro publicou a sua influente *Viagem à roda das ditaduras* — um inquérito internacional aos novos regimes autoritários que se propagavam pela Europa e no qual Ferro elogiava particularmente Mussolini. Mais tarde, foi ele o entrevistador de Salazar, acabando por ser secretário da Propaganda Nacional

— a partir do fim da guerra, secretário do Turismo e Informação — de 1933 a 1949. Finalmente, outra figura a mencionar neste contexto é António de Cértima (1895-1983), que se apresentava a si próprio como membro da juventude literária e política, e reconhecia a sua dívida intelectual para com o movimento modernista. Cértima foi o autor de um perturbante e popular relato do colapso militar português em África durante a Primeira Guerra Mundial (*Epopeia maldita*, 1924). A partir dessa experiência pessoal de patriotismo ulcerado, tornou-se na década de 1920 um dos proponentes mais articulados do autoritarismo em Portugal (*O ditador*, 1927).

Por outras palavras, seria errado avaliar o impacto dos *anni incendiari* do modernismo português, para usar a expressão do futurista italiano Viviani³¹, tomando apenas em consideração o seu curto espaço de vida. Do ponto de vista intelectual, os modernistas e futuristas não só contribuíram de forma muito significativa para minar a já abalada legitimidade cultural do regime republicano, como tornaram também vã a reivindicação dos liberais portugueses de conduzirem a nação à “regeneração” e à modernização, muito em particular aos olhos da juventude intelectual. Por assim dizer, a partir de 1917, o fogo ateado pelos modernistas não parou de arder.

Estou, pois, plenamente de acordo com João Gaspar Simões, quando esse descarta as tentativas de Pessoa, nos princípios dos anos 1920, para se separar das manifestações reacionárias dos estudantes universitários portugueses, alegando que tais acontecimentos resultariam, mais uma vez, do liberalismo e do catolicismo tradicional. Toda a minha argumentação vai, portanto, no sentido daquilo que Simões já escrevia na sua célebre biografia do poeta:

Os tempos tinham mudado [...] no sentido preconizado pelo mesmo Álvaro de Campos [...] Com efeito, o autor do Ultimatum [...] bem como o autor de certos artigos no jornal Acção [...] haviam influído mais na formação da mentalidade que principiava a revelar-se do que a Monarquia dos Braganças e a República Portuguesa³².

Os tempos tinham realmente mudado e, entre os escritores daqueles anos agitados, Pessoa talvez tenha contribuído mais do que qualquer outro para a mudança no sentido da hegemonia das ideologias e padrões de comportamento político autoritários. É certo que as ideias políticas de Pessoa estavam longe de ser simples e lineares, mas seria errado pensar que ele se absteve de toda e qualquer ação política direta. Embora esporadicamente, o fato é que não desdenhou empenhar-se a fundo e apraz-me revelar, creio que pela primeira vez, uma dessas ocasiões. Estamos há muito tempo a par dos dois ensaios publicados na revista *Acção* de maio a agosto de 1919: “Como organizar Portugal”

[31] Viviani, Alberto. *Giubbe Rosse. Il caffè fiorentino dei futuristi negli anni incendiari, 1913-1915* (1933). 3ª ed. Firenze: Valecchi, 1983.

[32] Simões, op. cit., pp. 202-3. Embora Simões resista à ideia de associar Pessoa com o “nacionalismo de carácter fascista” (p. 285), reconhece, creio que corretamente, a contribuição de Pessoa para uma “mentalidade” que só pode ser descrita, no princípio dos anos 1920, como “nacionalista de carácter fascista”.

e “Opinião Pública”. Porém a maior parte de nós não sabia do alto grau de esforço pessoal que Pessoa dedicou à publicação e à distribuição do “Orgão do Núcleo de Acção Nacional”.

O jornal *Acção* era dirigido por Geraldo Coelho de Jesus, amigo íntimo de Pessoa acerca de quem, infelizmente, sabemos muito pouco; nem sequer as datas de nascimento e morte. Engenheiro de minas e autor de um surpreendente plano de grande visão para a industrialização do país publicado em 1919, Coelho de Jesus foi certamente, embora por pouco tempo, um dos mais coerentes apoiantes da modernização econômica e social do país sob a direção de um governo forte³³. Como tantos outros membros da *intelligentsia*, também ele fora apoiante do regime de Sidónio Pais (1872-1918) e, pouco tempo depois do assassinato do carismático ditador, lançou aquela modesta publicação, sem outra ajuda além de Pessoa, a fim de divulgar uma ideologia elitista da competência técnica bastante parecida com a de *Pela Grei*, publicada por António Sérgio no ano anterior. Como Sérgio e a *Seara Nova*, também Coelho de Jesus declarava não ser contra os partidos políticos, “mas só contra os resultados da política dos partidos”. Contudo, a posição apolítica e construtiva dos dois primeiros números de *Acção* foi pouco mais do que um disfarce. O terceiro número acabou por publicar uma enorme fotografia de Sidónio na capa, com uma citação do *Hamlet*, de Shakespeare, em inglês, escolhida sem dúvida por Pessoa: “He was a man, take him for all in all;/ I shall not look upon his like again”³⁴.

Os verdadeiros objetivos políticos do Núcleo de Acção Nacional ficavam, assim, à vista. Ciente da incapacidade de uma política puramente elitista obter apoio popular, Coelho de Jesus, com a aquiescência de Pessoa, não hesitou em escrever nesse mesmo número de *Acção*:

*Se procurarmos na vida nacional, qual a força capaz de concentrar patriotismo, qual a força capaz de, ao mesmo tempo, atingir as competências e o povo (sendo assim um esboço de coesão nacional), encontramos só uma: o sidonismo, o culto [...] pela memória do chorado presidente Sidónio Pais. O resto é só bolchevismo — ou o bolchevismo dos nossos pobres operários [...] ou o bolchevismo disfarçado dos nossos partidos políticos [...] Ou sidonismo ou bolchevismo: o problema está nisto para quem queira ter acção política em Portugal. Nós [...] vamos pelo sidonismo*³⁵.

Ora, apesar de nem Pessoa nem Coelho de Jesus terem tido uma participação significativa na vida política nacional, o poeta não deixou de estar, durante breve momento, ativamente envolvido na difusão desse número de *Acção*, o qual provocou os previsíveis protestos dos republicanos, então no apogeu do seu radicalismo e particularmente sensíveis a qualquer regresso do sidonismo. Podemos hoje saber tudo

[33] Cabral, M. V. “A Grande Guerra e o sidonismo — esboço interpretativo”. *Análise Social*, XV, 1979, pp. 373-92.

[34] “Era um homem, aceitem-no de corpo e alma/ Não voltarei a ver outro como ele.”

[35] *Acção*, nº 3, ago. 1919.

acerca da excitação de Pessoa por meio de quatro cartas e um telegrama que enviou ao amigo Coelho de Jesus, então fora de Lisboa, entre 9 e 11 de agosto³⁶. Pessoa estava pessoalmente encarregado da difusão dos alegados 10 mil exemplares da revista e orgulhava-se da sua eficácia como ativista político. A maior parte do conteúdo das cartas é de ordem técnica, mas também contém algumas anotações políticas:

Quero que você acredite que tenho tratado de tudo, que não descurei nada, e que nada descurei. Êxito: parece-me muito grande, e que teremos de fazer uma segunda edição. É um escabeche medonho por toda a parte (9 de agosto).

A verdade é que a distribuição da revista causou pequenos incidentes no centro de Lisboa, pois alguns republicanos tentaram destruir todos os exemplares que apanhavam:

O chefe de vendas calcula entre 1.000 e 2.000 o número de exemplares queimados pelos vários formigas no Rocio [...] Devo dizer que me parece que vários tipos fizeram do jornal “bandeira”, isto é, andaram agitando o retrato de Sidónio por toda a parte, e foi naturalmente qualquer coisa dessas que fez nascer a ideia de dar cabo dos exemplares...

E Pessoa até sentiu as emoções que todos os ativistas políticos experimentaram, ocasionalmente, ao longo das suas carreiras:

Na redacção [...] soube que tinha aparecido um indivíduo indignadíssimo porque dois marinheiros lhe tinham rasgado um número do jornal que estava a ler [...] Imagine v. que um engraxador, um rapazito de uns 17 anos, contou-me como a cousa se passou e disse-me que tinha em casa todos os três números do jornal, que colecionava. Realmente, estas cousas chegam a ser enternecedoras. Tenho aqui no escritório o número rasgado [...] como recordação (10 de agosto).

Finalmente, Pessoa fala a Coelho de Jesus de um “projecto esplêndido, mas arriscado para o número 4. Você nem calcula o que é!”. Não temos conhecimento, porém, desse ousado projeto. Em vez disso, porém, conhecemos o conteúdo dos escritos políticos de Pessoa nos números anteriores de *Ação*, assim como sabemos que ele trabalhou arduamente na sua redacção, em particular o artigo intitulado “Opinião Pública”. À parte a sua apologia da ditadura militar em 1927, este constitui sem dúvida o seu texto político mais interessante e lembra, essencialmente, a crítica feita pelos teóricos elitistas ao liberalismo. Pessoa não conhecia bem a teoria elitista, mas cita, por exemplo, o *Conservatism* de Lord Cecil (1907), a fim de repudiar o sufrágio político

[36] Do “espólio” de Fernando Pessoa conservado na Biblioteca Nacional, Lisboa: Docs. 114233 a 114245. Pessoa parece ter sido mais chegado a Geraldo Coelho de Jesus do que aos seus dois principais correspondentes, Sá Carneiro e Cortes Rodrigues, porquanto usava o nome próprio de Coelho de Jesus e assinava as cartas com o seu nome de batismo, coisa que nunca fez nas cartas endereçadas aos seus dois outros amigos e correspondentes.

com base no argumento de “os resultados eleitorais apenas representarem o poder ditatorial de alguns dirigentes do partido vencedor”. Mais retoricamente, mas ainda à maneira modernista, proclama que “as sociedades tradicionais são possivelmente governadas pelos mortos, mas [...] as sociedades democráticas são governadas pela morte”. Supostamente, “o socialismo é a demência terminal do liberalismo”. E, de forma mais interessante, declara que a opinião pública é, por definição, negativa e tradicionalista.

No entanto, apesar da tentativa de sofisticação do argumento, a conclusão é demasiado previsível: “Ser revolucionário é servir o inimigo. Ser liberal é odiar a Pátria. A democracia moderna é uma obra de traidores”. Por fim, embora haja um tom curiosamente populista neste artigo, Pessoa permanece no essencial um elitista autoritário. Como escreveu algures, “entre um operário e um macaco há menos diferença que entre um operário e um homem realmente culto”³⁷. E não se trata de mera retórica política, pois encontramos a mesma noção expressa num poema célebre assinado por Álvaro de Campos:

*A capacidade de pensar o que sinto,
que me distingue do homem vulgar,
Mais do que ele se distingue do macaco.*

DO REVOLUCIONARISMO PATRIÓTICO AO SEBASTIANISMO MESSIÂNICO

Embora seja evidente que o impulso estético em direção à modernidade colocou o novo movimento em contradição com a atitude predominantemente tradicionalista do nacionalismo português, também é claro que o futurismo só conseguiu reconciliar a vocação cosmopolita da modernidade com o apelo ao engrandecimento nacional de modo precário e breve. Por outro lado, enquanto a conciliação estilística do modernismo e do nacionalismo denota um elevado nível de inovação, em particular nas odes futuristas de Álvaro de Campos e, acima de tudo, na sua longa “Ode marítima”, o simbolismo político do modernismo nacional revela-se, afinal de contas, muito menos inovador. A forte influência estilística de Walt Whitman sobre Campos não deve ser interpretada como tendo igualmente um importante impacto temático, para não falar de qualquer influência democrática, como o próprio Harold Bloom dá a entender no seu famoso *O canône ocidental*³⁸.

Na maior parte das vezes, de fato, as declarações e alusões contidas nos escritos políticos de Pessoa — reunidos há algum tempo — não revelam qualquer diferença decisiva relativamente às correntes autoritárias e elitistas dominantes em Portugal, desde Oliveira Martins até António Sérgio³⁹. Como tentei mostrar noutra altura, se algo

[37] Pessoa, Fernando. *Ultimatum e páginas de sociologia política*. Ed. de Joel Serrão, Maria Isabel Rocheta e Maria Paula Morão. Lisboa: Ática, 1980, p. 266.

[38] Bloom, Harold. *The Western Canon. The books and school of ages*. Nova York: Riverhead, 1994, p. 455-6.

[39] A maior parte dos escritos políticos de Pessoa acham-se disponíveis nos três volumes editados por Joel Serrão: os dois últimos são citados nas notas 20 e 31. O primeiro é *Sobre Portugal. Introdução ao problema nacional* (Lisboa: Ática, 1979). Para uma opinião crítica da interpretação de Serrão, ver o meu artigo “O universo político de Fernando Pessoa”, *Diário de Notícias*, Revista de Livros, 2 de março de 1983.

distingue Pessoa da maioria dos autores republicanos da época, é o seu elitismo extremo, o seu nacionalismo exacerbado e as suas fortes inclinações autoritárias, pelo menos até à subida de Salazar ao poder, cuja “tese”, como ele lhe chama, Pessoa compara corretamente com o Integralismo, do qual ele próprio desejava diferenciar-se⁴⁰.

Como já tive oportunidade de dizer, quando *Orpheu* foi lançado em 1915, Pessoa e os seus companheiros estavam sobretudo preocupados em distanciar-se das formas anteriores do nacionalismo literário. Assim, embora isso possa parecer paradoxal, eram a favor da “desnacionalização” da arte. Numa nota manuscrita de 1915 sobre “O que é que *Orpheu* quer?”, Pessoa disse-o de forma clara:

*Criar uma arte cosmopolita no tempo e no espaço. A nossa época é aquela em que todos os países, mais materialmente do que nunca, e pela primeira vez intelectualmente, existem todos dentro de cada um [...] Por isso a verdadeira arte moderna tem de ser maximamente desnacionalizada [...] Só assim será tipicamente moderna*⁴¹.

É ele, contudo, quem afirma também nessa mesma nota, que “qualquer país europeu — mesmo o de Alcântara — chega para conter a terra inteira”. Isso dá-nos uma pista óbvia não só para os primeiros grandes poemas assinados por Álvaro de Campos — “Opiário”, “Ode triunfal” e “Ode marítima” — mas também para a maneira como Portugal estava a ser chamado, segundo os modernistas, a desempenhar um papel dinâmico na nova era comercial, industrial e urbanística. Esse papel era diametralmente oposto a tudo aquilo que os tradicionalistas defendiam, nomeadamente o “cretinismo rural” que Alberto Caeiro também ridicularizara de modo diferente, mas convergente. O nacionalismo dos modernistas reivindicava, assim, ser muito diferente do passadismo, e em certa medida até o era. Mas só em certa medida e durante pouco tempo.

Almada Negreiros foi, de novo, o mais franco. Como escreveu no *Ultimatum Futurista*, não só era necessário criar em Portugal “um espírito de aventura contra o sentimentalismo literário dos passadistas” e desenvolver “a actividade cosmopolita das nossas cidades e docas”, como se fazia também sentir a necessidade urgente de uma “nova noção de Pátria”:

*Os poetas portugueses só cantam a tradição histórica e não a sabem distinguir da tradição-pátria [...] Têm a inspiração na história e são portanto absolutamente insensíveis às expressões do heroísmo moderno. Donde resulta toda a impotência para a criação do novo sentido da pátria*⁴².

Assim, o patriotismo de Almada revela um sentido da ironia e do construtivismo positivo, politicamente vizinho das ideias do Núcleo

[40] Escreveu exatamente: “A tese do Professor Salazar é um apanhado, aliás muito lúcido e lógico, de princípios já conhecidos — os da chamada ‘contra-revolução’, ou seja, os que distinguem e definem as doutrinas dos chamados integralistas. A minha tese ao contrário, trará, em seu desenvolvimento, resultados de absoluta novidade” (*Da República*, op. cit., p. 376). Mas, como de costume, não elaborou a sua própria “tese”!

[41] In: *Obras em prosa*, op. cit., p. 407.

[42] In: *Obras completas*, v. 6, op. cit., p. 34.

de Acção Nacional. Esse construtivismo não dissipou as suas inclinações autoritárias, mas afastou sem dúvida qualquer inclinação para o sentimentalismo, o tradicionalismo e, na verdade, qualquer esperança na salvação messiânica. Ao mesmo tempo que respondia a várias encomendas do regime, Almada dava-se conta, dolorosamente, da crescente distância que separava os dias heroicos do patriotismo futurista da chamada “Política do Espírito”, concebida por António Ferro à frente do Secretariado da Propaganda Nacional. Almada marcou essa distância com característico sarcasmo logo que Ferro iniciou a sua intervenção cultural, convidando Marinetti a visitar Lisboa em novembro de 1932:

Os inimigos figadais do futurismo em Portugal ganharam a sua primeira vitória anteontem na presença do chefe do futurismo, F. T. Marinetti [...] O admirável criador do futurismo está naquela fase académica e na respectiva idade que se prestam lindamente para ser manejadas pelos putrefactos e arranjistas [...] Lastimamos, nós os futuristas portugueses, a amnésia [de Marinetti] quanto a Portugal, a sua falta de memória acerca de que nomes heróicos do futurismo fizeram aqui nesta terra uma guerra sem tréguas contra putrefactos e botas de elástico⁴³.

[43] “Um ponto no I de futurismo”.
In: *Obras completas*, v. 6, op. cit.,
pp. 135-7.

Também Pessoa se apercebeu da rendição de muitos artistas ao apelo do nacionalismo tradicional e do autoritarismo reacionário. Do mesmo modo, também ele se mostrou particularmente sarcástico com a nomeação de Marinetti para a Academia Italiana em 1924:

*Lá chegam todos ...
Marinetti académico ...*

*As Musas vingaram-se com focos eléctricos, meu velho,
Puseram-te por fim na ribalta da cave velha,
E a tua dinâmica, sempre um bocado italiana, f-f-f ...*

No entanto, Fernando Pessoa não se demitiu de toda e qualquer participação nesta prolongada e, doravante, desesperada batalha pela modernidade plena. Só que, desta vez, os adversários não eram, como Gaspar Simões indicou, o habitual bando de escritores académicos e de políticos liberais, mas um grupo fascista de estudantes universitários chefiados por Pedro Teotónio Pereira, que viria a ser mais tarde subsecretário de Estado das Corporações do governo do Estado Novo. Assim, em 1923, damos com Pessoa a publicar e a distribuir pessoalmente um breve “Aviso por causa da Moral”, no qual respondia acidamente à campanha lançada pelos estudantes contra o poeta António Botto (1897-1959), cujas *Canções* de amor homossexual Pessoa não

só tinha acabado de publicar, como as elogiara como contributo estético inovador para o modernismo literário português, levando o seu interesse pela contribuição esteticista de Botto a ponto de traduzir as *Canções* para inglês⁴⁴.

Na altura, Pessoa pediu ironicamente aos estudantes que “se calassem tão silenciosamente quanto possível”, mas o episódio não ficou por ali. Algumas semanas mais tarde, Raul Leal, antigo colaborador de *Orpheu*, publicou outro panfleto em louvor de Botto, significativamente intitulado “Sodoma divinizada”. O pobre dr. Leal foi selvaticamente atacado como um “pederasta louco” e Pessoa voltou à liça com uma extraordinária e comovedora defesa da liberdade individual e, em derradeira instância, de todas as formas de desvio: “Há três coisas de que um espírito nobre [...] nunca troça [...] os deuses, a morte e a loucura”, cunhando então a célebre frase que viria, mais tarde, a integrar num dos seus poemas:

*Loucos são os heróis, loucos os santos, loucos os génios, sem os quais a humanidade é uma mera espécie animal, cadáveres adiados que procriam*⁴⁵.

Nada está mais longe dos mitos fascistas e futuristas da virilidade e da violência. Fernando Pessoa oferece a Raul Leal a sua amizade incondicional e orgulha-se de tê-lo como companheiro “nesta aventura cultural em que coincidimos, diferentes e sózinhos, sob os risos e insultos dos velhacos”. O episódio é tanto mais revelador da avaliação global que Pessoa fazia da aventura modernista quanto ele era pouco dado a oferecer a sua amizade. Conforme diria mais tarde, “nunca visitei um amigo doente. E sempre que, estando eu doente, recebia uma visita, ressentia-a [...] como uma injustificável violação da minha decisiva intimidade”. Por conseguinte, é lícito considerar os últimos episódios da guerrilha modernista em Portugal como uma dolorosa admissão de derrota ou, pelo menos, de profunda frustração. É o que se revela também na sua poesia. É verdade que nunca houve muitos versos verdadeiramente joviais na sua obra anterior, mas a partir de 1920 não se encontra uma única linha jubilatória: “O universo reconstruiu-se sem ideal nem esperança”, como se lê no final da “Tabacaria” (1928).

Do mesmo modo, a conciliação futurista que Pessoa fez do nacionalismo e do modernismo, bem como os seus escritos políticos, nunca revelou a ironia e a reflexividade demonstradas por Almada Negreiros. O *Ultimatum* de Álvaro de Campos proporciona-nos mais do que uma pista para a sua frustrada paixão política. Numa clara alusão ao ultimato britânico de 1890, que tanto ferira o orgulho português, é da extremidade ocidental da Europa que ele dirige o seu desafio a todos os “mandarins europeus”⁴⁶. Em veia tipicamente futurista, proclama que “a Europa tem sede de que se crie, tem fome de futuro!”, mas vai

[44] Ver o Espólio de António Botto na Biblioteca Nacional de Lisboa.

[45] Fernando Pessoa, *Sobre um manifesto de estudantes* (Lisboa, s/d), citado por Maria Aliete Galhoz na sua “Introdução” a *Fernando Pessoa: Obra Poética*. São Paulo: Aguilar, 1969, pp. 33-4.

[46] Embora a principal preocupação de Pessoa no “*Ultimatum*” de Álvaro de Campos seja estética, Serrão inseriu-a com propriedade na sua seleção de escritos políticos, ver *Ultimatum e páginas de sociologia política*, op. cit., pp. 111-30.

muito mais além do que o já habitual louvor das “virtudes higiênicas da guerra”. A fim de explicar tal fome e tal sede de futuro, decreta a “lei malthusiana da sensibilidade”, segundo a qual “os estímulos à sensibilidade crescem em progressão geométrica, enquanto a própria sensibilidade só se desenvolve em progressão aritmética”. A humanidade estava, por assim dizer, a atrasar-se em relação à sua época. Para acompanhar a enorme potencialidade da época moderna, Campos sugere “a necessidade de uma adaptação artificial”, um “acto de cirurgia sociológica”, a fim de “eliminar da psicologia contemporânea [...] os preconceitos da personalidade, individualidade e objectividade pessoal”.

Como resultado político de tal cirurgia, teríamos, como era de prever, “a abolição total do conceito de democracia”, bem como “a abolição de qualquer crença em que a ‘opinião pública’ dura mais de meia hora”. Há, porém, algo mais do que mera provocação futurista na noção de que a democracia e a opinião pública deviam ser substituídas pela “ditadura do completo, do Homem que contém em si mesmo o maior número de homens”. Na verdade, o nietzchismo de Campos no *Ultimatum* —

O Super-Homem será, Não o mais Forte, Mas o Mais Completo! ...

O Super-Homem será, Não o Mais Duro, Mas o Mais Complexo! ...

O Super-Homem será, Não o Mais Livre, Mas o Mais Harmónico!

— é inteiramente consistente com o elitismo exacerbado dos modernistas, por um lado, e com a tendência para favorecer a ascensão de um líder carismático, “o Político que edificará conscientemente o destino inconsciente do seu Povo”, pelo outro.

Esse apelo a uma liderança carismática viria a ser, como já sabemos, muito em breve satisfeito, para lá de todas as expectativas, pela ditadura de Sidónio Pais após o golpe de 1917. E tanto os modernistas como os futuristas não deixaram de o apoiar entusiasticamente. Entre muitos outros, António Ferro escreveu mais tarde a propósito de Sidónio:

Foi então que senti, pela primeira vez, a beleza, o sentido poético da palavra chefe [...] A ele [Sidónio] devo esta certeza que nunca mais me abandonou: a poesia das nações, a sua poesia heróica, não está nas alfurjas, nas associações secretas, ou até nos parlamentos, mas nos seus chefes⁴⁷.

[47] In: *D. Manuel II, o desventurado* (1954), citado por Quadros, op. cit., pp. 128-30.

Quanto à paixão que Pessoa sentiu por Sidónio, temos apenas de nos lembrar do seu longo, embora malsucedido, poema de 1920, “À Memória do Presidente-Rei Sidónio Pais”. Mais importante, porém, é que esse apelo a uma forte liderança messiânica não constituía, de forma alguma, um aspecto novo do nacionalismo português desde 1880.

Do lado monárquico, já mencionei Oliveira Martins, mas a influência do cesarismo martiniano propagou-se rapidamente. Devido ao seu papel na teoria da literatura moderna em Portugal, vale também a pena lembrar a contribuição de Guilherme Moniz Barreto (1863-1896), autor de uma apologia de 1890 extremamente bem articulada do cesarismo⁴⁸; assim como a de Luís de Magalhães (1859-1935), membro destacado do monarquismo autoritário, ministro de João Franco na ditadura de 1907 e depois na breve “Monarquia do Norte” estabelecida por Paiva Couceiro no Porto, em princípios de 1919. Luís de Magalhães foi provavelmente o primeiro escritor a associar explicitamente o apelo moderno a uma liderança carismática com a antiga tradição do sebastianismo no seu poema de 1898, “D. Sebastião”⁴⁹.

No entanto, essa tendência fazia-se sentir de forma porventura ainda mais forte entre os nacionalistas republicanos, os quais frequentemente aderiram ao Partido republicano por decepção com a pretensa incapacidade do rei D. Carlos para conduzir o país à “salvação nacional”. Junqueiro é de novo um bom exemplo, sobretudo dada a sua popularidade entre os republicanos. Nas já citadas “Anotações à Pátria”, ao mesmo tempo que manifestava repetidamente a sua revolta contra “o advento do materialismo burguês”, Junqueiro revela as raízes nacionalistas do seu republicanismo:

*A crise não era simplesmente económica, política ou financeira. Muito mais: nacional [...] Perigava a existência, a autonomia da Pátria. Hora grande, momento único. A revolução impunha-se republicana? Conforme. Se o monarca nos saísse um alto e nobre carácter, um grande espírito, juvenil e viva encarnação do ideal heróico, tanto melhor. A revolução estava feita*⁵⁰.

Porém o rei não satisfaz tais expectativas na altura do ultimato britânico e, daí, a procura de Junqueiro por uma liderança forte. Muitos dos temas do nacionalismo autoritário já são aqui evidentes, em particular o tema da “juventude heroica”. Por outro lado, Junqueiro vai proceder à elaboração de vários dos símbolos que os grupos autoritários utilizariam abundantemente nas décadas de 1910 e 1920, em especial a “Ressurreição de Lázaro”⁵¹ e Nun’Álvares, o condestável português da guerra com Castela no final do século XIV, que se tornou o “equivalente funcional” de Joana d’Arc na mitologia dos adeptos portugueses da *Action Française*⁵².

A partir dessa elaboração simbólica, o apelo à liderança carismática e autoritária surge quase automaticamente:

A ductilidade, quase amorfa, do carácter português, se torna duvidosas as energias colectivas, os espontâneos movimentos nacionais, facilita, no en-

[48] Moniz Barreto, G. “Carta a El-Rei de Portugal sobre a situação do País e seus remédios” (1893). In: *Estudos dispersos*. Coletânea, prefácio e notas de Castelo Branco Chaves. Lisboa: Portugalia, 1963, pp. 203-35.

[49] Ler, também, do historiador Alberto Sampaio (1841-1908), o comentário ao *D. Sebastião* de Luís de Magalhães: “O simbolismo era bem transparente: [...] o triste quadro da vida mesquinha que arrastava a pobre nação, à qual faltavam os fortes combatentes, e hábeis pilotos dos tempos passados; e se por ventura aparecia um destes, a insânia tirava-o do seu posto” (maio de 1898). In: *Estudos históricos e económicos*. Porto: Chardron, 1923, v. 2, pp. 105-10, max. 107.

[50] Guerra Junqueiro. “Anotações à Pátria”. In: *Obras*, op. cit., pp. 627-47.

[51] O tema da ressurreição de Lázaro como símbolo da regeneração nacional foi utilizado em especial por Ezequiel de Campos (1874-1965), ideólogo da competência técnica associado à *Seara Nova* e que, posteriormente, aderiu ao “establishment” salazarista.

[52] A Cruzada Nun’Álvares, criada em 1918, foi uma das mais importantes organizações autoritárias que precederam a tomada do poder pelos militares, tendo-se envolvido durante a década de 1920 não só em propaganda, mas também em várias tentativas de derrubada do regime liberal, nomeadamente no golpe militar falhado de 18 de abril de 1925.

[53] “Anotações à Pátria”, op. cit.

*tanto, de maneira única, a acção de quem rege e quem governa. Cera branda, os dedos modelam-na à vontade. Um grande escultor, eis o que precisamos*⁵³.

Finalmente, Junqueiro declara não estar interessado na “forma de governo”, mas essencialmente na “forma do governante”; e após insistir de novo no facto de que “a revolução urgente não era social nem política, mas moral”, aproxima-se tanto quanto era possível a um influente autor republicano fazê-lo, em meados da década de 1890, da moderna perspectiva autoritária quanto à liderança política:

*A metempsicose, em moderno, do grande Condestável, eis o meu sonho [...] A mesma chama noutra envólucro. Não combateria castelhanos, combateria portugueses. O inimigo mora-nos em casa*⁵⁴.

[54] *Ibidem*.

E quem era esse “inimigo interno”? Os monárquicos? Os católicos? Nada disso. Era antes o “burguês estúpido”, o “burguês rotundo”, o “burguês odioso”. Por outras palavras, mais outro tema do autoritarismo ao qual os modernistas não deixaram de dar uma forma literária previsivelmente provocatória, em especial na desopilante *Cena do Ódio* de Almada (a propósito do golpe de maio de 1915 contra a ditadura do general Pimenta de Castro), mas também em muitos versos de Álvaro de Campos e outros autores menores. A filosofia política e social perfilhada por Junqueiro atingiria a plenitude na década seguinte, com um importante acréscimo de informação histórica e sociológica, na obra de outro ideólogo influente, Basílio Teles, nomeadamente na sua análise de 1905 sobre a ascensão do republicanismo após o ultimato britânico:

*Sim! mil vezes um tirano, duro e frio, contanto que inteligente e patriota, prendendo, deportando, perseguindo, mas impondo à estima do mundo um povo que apenas lhe vem servindo de juguete, do que um bando de politicantes histriões, atascados em torpeza e estupidez [...] Resta ainda, algures, neste país de escravos, um homem de espada, com energia e capacidade para mandar? Que se mostre, que apareça à luz do dia, sem hesitação nem receio, que nos livre, quanto antes, de um rei antipático e de um parlamento ridículo, e governe em lugar deles, a sério, a valer, restituindo ao exercício do poder a força e a autoridade que lhe faltam*⁵⁵.

[55] Teles, B. *Do ultimum ao 31 de Janeiro*. Porto: Lello, 1905, p. 197.

Assim, do ponto de vista do simbolismo político, não há muita inovação nas obras literárias modernistas, incluindo a de Fernando Pessoa. Os temas principais, bem como muitas das imagens da sua poesia nacionalista e, sobretudo, dos seus escritos políticos, provêm diretamente de uma tradição bem estabelecida, que atravessou o monarquismo e o republicanismo, e proporcionou a legitimação cultural ao regime autoritário, em especial àquela forma de liderança caris-

mática que Sidónio Pais encarnou por um momento, abrindo depois caminho para o golpe militar de 28 de maio de 1926 e, por fim, para a ditadura do “Estado Novo” salazarista.

A estreita associação do nacionalismo e do autoritarismo com os símbolos tradicionais da lenda patriótica portuguesa pode ser ilustrada com quantos exemplos queiramos escolher na obra de Pessoa. Não vou portanto sobrecarregar o leitor com citações. Acrescentarei apenas que esses exemplos mostram como era difícil, até mesmo para o criador do modernismo português, resistir ao convencionalismo literário e ao próprio “passadismo”, apesar dos seus constantes esforços estilísticos. Se a reputação de Pessoa como criador assentasse exclusivamente na *Mensagem* e no resto da sua poesia “sebastianista”, seria muito duvidoso que ele tivesse sido reconhecido internacionalmente como um dos grandes poetas do século XX. De fato, à medida que o tempo foi passando, a poesia de Pessoa desligou-se cada vez mais dos valores universais da modernidade para se refugiar no subjetivismo tradicional ou, o que é ainda mais importante do ponto de vista desta investigação, na autonegação esotérica e na esperança messiânica.

CONCLUSÃO

Por que motivo, então, Fernando Pessoa não se rendeu ao apelo salazarista, como aconteceu com a maior parte dos seus companheiros, incluindo aqueles que o regime marginalizou, como António Botto? Ninguém respondeu ainda a esta pergunta de modo satisfatório e não tenho a pretensão de o fazer. Se tivesse de escolher um motivo principal, apontaria a sua individualidade sabiamente caprichosa, pronta a levar sempre a contrária. Mas, em vez de fazer estéreis conjecturas psicológicas, é preferível retomar o fio cronológico.

Assim como Sá Carneiro e o heterônimo Ricardo Reis se declararam monárquicos conservadores, também Álvaro de Campos se fez passar por um presumível monárquico, em aparente contradição com o alegado republicanismo de Fernando Pessoa ele mesmo. Contudo, também é verdade que este último tentara mais de uma vez avançar com uma teoria da “República Aristocrática”, enquanto via de saída para aquilo que descreveu como “a tortura política do Portugal contemporâneo”⁵⁶. Sidónio Pais, mais uma vez, correspondia perfeitamente a essa teoria. A tal ponto que o rascunho da Constituição presidencialista foi redigido para Sidónio, na realidade, por integralistas monárquicos, que também o viram, a exemplo de Pessoa, como “Presidente-Rei”, isto é, o rei eleito, o líder escolhido:

[56] In: *Ultimatum e páginas de sociologia política*, op. cit., p. 355 passim.

Antemanhã da redenção
Nele uma hora encarnou El-Rei
Dom Sebastião.

O que é interessante é que Fernando Pessoa voltou a confrontar-se com esse dilema político pouco depois do golpe nacionalista de 18 de abril de 1925, frequentemente descrito como o “ensaio-geral” da conspiração autoritária antes da tomada de poder pelos militares no ano seguinte. Num brilhante mas incompleto diálogo intitulado “Na farmácia do Evaristo”, Pessoa discute minuciosamente a história política da República e, pela primeira vez, emprega a categoria moderna da legitimação, a fim de justificar o impasse ideológico e institucional, que era, segundo ele, a característica essencial da crítica situação política do país, a qual se prestava a ataques constantes e cada vez mais violentos contra o regime republicano⁵⁷. O debate ficou sem conclusão, mas dificilmente poderíamos não perceber para quem iam as simpatias de Pessoa. E, três anos mais tarde, isso demonstrou-se de modo tão claro quanto as suas crescentes pretensões esotéricas o permitiam, em *O interregno*, publicado pelo reativado Núcleo da Acção Nacional.

É preciso acrescentar que a sua “defesa e justificação da ditadura militar” não era, de modo algum, o primeiro apelo destes a ser expresso pela *intelligentsia* portuguesa. Um apelo análogo é, nomeadamente, o do historiador literário Fidelino de Figueiredo (1889-1967), que havia sucedido ao poeta e futuro historiador republicano Jaime Cortesão (1884-1960) na direção da Biblioteca Nacional após o golpe militar; mais tarde, derrotado por Salazar numa das muitas vãs tentativas de tomadas do poder no seio do novo regime autoritário, Fidelino refugiou-se em Espanha e posteriormente no Brasil⁵⁸. No entanto, a argumentação de Pessoa era mais interessante do que a da grande maioria, pois apresentava a sua tese na linha já desenvolvida em “Opinião Pública”, “Na farmácia do Evaristo” e noutros escritos publicados postumamente. Dado o impasse institucional entre monárquicos e republicanos, bem como a falibilidade da opinião pública, segundo Pessoa, só os militares possuíam meios legítimos para garantir aquele “mínimo social [...] sem o qual até mesmo as actividades mais simples [...] não podem ser prosseguidas”.

De modo semelhante à maioria dos participantes na campanha a favor de uma intervenção dos militares na crise política do país, também Fernando Pessoa encarava a ditadura militar como um “estado de transição”, um “interregno”. Contudo, enquanto os críticos liberais dos partidos republicanos a viam como uma transição para um novo acordo constitucional, e outros, como Salazar e os integralistas, a viam como um passo irreversível em direção à institucionalização do autoritarismo como regime político, Pessoa encontrava-se desespera-

[57] Totalmente desconhecido até há algum tempo, o manuscrito inacabado “Na farmácia do Evaristo” foi publicado pela primeira vez por Joel Serrão em *Da república*, op. cit., pp. 271-94.

[58] Figueiredo, Fidelino de. *O pensamento político do Exército*. Lisboa: Empresa Literária Fluminense, 1926.

damente só ao pensar que o interregno era uma transição para o seu esotérico “Quinto Império” da grandeza lusitana.

Anos mais tarde, algures em 1933, Fernando Pessoa mostra-se novamente decepcionado com a situação política. Numa nota manuscrita sem data e sem seguimento, afirma estar a trabalhar numa nova versão do *Interregno*:

*Publiquei em Janeiro de 1928 um folheto com o mesmo título que o presente. Dou hoje esse escrito por não escrito; escrevo este para o substituir [...] Havia de facto Interregno, isto é, a Ditadura era, propriamente, uma ditadura de interregno. Com a votação da nova Constituição estamos já num regime: o Interregno cessou [...] Não me proponho discutir a Nova Constituição ou o Estado Corporativo; a ambos aceito, por disciplina; de ambos discordo*⁵⁹.

Porém nunca chegou a escrever essa nova versão nem, na verdade, explicou por que razão não concordava com o Estado Novo: porque “discordo” e foi tudo. Se ele vivesse mais tempo, teria certamente esclarecido os seus motivos, por mais esotéricos que fossem. É certo que deixou alguns poemas inéditos, escritos sobretudo em 1935 e bastante pouco conseguidos, em que ataca sarcasticamente Salazar e o Estado Novo⁶⁰. Contudo, ainda em dezembro de 1934, andava muito atarefado com a publicação do seu primeiro livro — inicialmente intitulado *Portugal*, acabando por se chamar *Mensagem* — e concorria ao prêmio literário de “poesia nacionalista” que o antigo companheiro do *Orpheu*, António Ferro, havia criado no Secretariado da Propaganda Nacional.

Ora, segundo Gaspar Simões, teria sido o duplo fracasso da *Mensagem* que afastou, eventualmente, o poeta do regime. Não ganhou o primeiro prêmio e, ainda por cima, os seus novos amigos da *Presença* — a revista literária coimbrã fundada em 1927 —, que lhe haviam dado o reconhecimento e o apoio que nunca ninguém lhe dera antes, não esconderam o fato de a *Mensagem* não estar à altura dos padrões que o próprio poeta se impusera durante os dias heroicos de *Orpheu*. Uma vez mais, não podemos ter certezas, mas uma carta que Pessoa escreveu ao presidente da República, general Carmona, sem no entanto lha enviar, faz pensar que a possível intervenção de Salazar no sentido de que o prêmio do SPN não fosse atribuído a Fernando Pessoa pode, de fato, ter contribuído para reforçar a ideia que este tinha de Salazar como um ditador que já não se limitava a proibir de “dizer isto ou aquilo” mas obrigava a “ter que dizer isto ou aquilo”, em suma, que o “integralismo” de Salazar se tornara “integral”. Tão importante como isso, era ideia convergente de que Pessoa também já se compenetrara:

[59] In: *Da República*, op. cit., pp. 361-2.

[60] Para acompanhar as atividades e pensamentos de Pessoa durante o último ano de vida, desde 1º de dezembro de 1934 a 30 de novembro de 1935, ver Sousa, João Rui de e Cunha, Teresa Sobral (eds.). *Fernando Pessoa – O último ano*. Catálogo da Exposição do 50º aniversário da sua morte. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1985.

À medida que se têm ido afirmando e acentuando os estados autoritários hoje em moda, nessa mesma medida se têm ido confirmando na sua hostilidade ou afastando, para a indiferença quando não para a oposição, os poetas, os artistas e os intelectuais designáveis de “novos”

tal como escreveu acerca do grupo da *Presença* numa nota manuscrita de 1935 sobre a “Nova Poesia Portuguesa”, mostrando claramente ter compreendido a natureza da ditadura e percebendo que os novos criadores não poderiam deixar de se manifestar contra tal regime⁶¹.

[61] Simões, op. cit., p. 315 passim; ver também Serra, Filomena. “A contra-imagem’ de Fernando Pessoa”. In: Serra, op. cit., pp. 426-7. Ver igualmente Pessoa, *Obras em prosa*, op. cit., pp. 403-6.

Last but not least, em fevereiro de 1935, Pessoa deu-se ao trabalho de se opor publicamente à proibição das “sociedades secretas” pela “Assembleia Nacional” recentemente nomeada. A sua comovente, embora racional, defesa da Maçonaria é bem conhecida. Apesar de negar ser *maçon*, declara contudo “ter visto a mesma luz noutro templo”⁶². Não tenho as qualificações necessárias para comentar as suas crenças esotéricas, acerca das quais muito se tem escrito sem se chegar a qualquer conclusão, mas não se pode deixar de reconhecer a profundidade dos seus sentimentos nesta matéria. Arrisco-me a sugerir que o ataque autoritário contra a maçonaria pode ter sido “a gota que fez transbordar o vaso” e que alienou as eventuais simpatias que Fernando Pessoa pudesse ter sentido pelo Estado Novo.

[62] Pessoa, F. “Associações Secretas”. In: *Da República*, op. cit., p. 391 passim, especialmente 404.

Incansavelmente, Pessoa vira-se logo a seguir para outra teoria política, o “liberalismo nacional”. Redescobre os valores do individualismo e opõe-se firmemente à censura. Acredita que a sociedade precisa de “ordem” e “prestígio”, e reconhece que Salazar deu ambas as coisas ao país, mas por qualquer motivo que nunca chegou a esclarecer, acha o prestígio de Salazar “absurdo” e considera o novo regime, com razão, uma “tirania”. Não teve, porém, tempo ou vontade para prosseguir a teoria do “nacionalismo liberal”⁶³.

[63] “Nacionalismo Liberal”. In: *Ultimatum*, op. cit., pp. 343-51; também *Da República*, op. cit., pp. 370-1.

Seja como for, já era tarde demais para uma reconciliação entre o autoritarismo e o liberalismo, bem como entre o nacionalismo e o modernismo. Apesar de alguns esforços por parte de António Ferro, era impossível ocultar o crescente tradicionalismo cultural e estético do Estado Novo, outra coisa não sendo de esperar, aliás, de uma ditadura que se apoiava sobretudo nas classes médias conservadoras e provincianas, nos católicos e nos monárquicos. Do ponto de vista político, o regime tornou-se ainda mais repressivo quando a guerra civil rebentou em Espanha. Em consequência disso e de harmonia com o estado de espírito internacional em meados dos anos 1930, as novas gerações intelectuais tendiam a juntar-se às fileiras da oposição à ditadura. Alguns dos jovens escritores tornaram-se comunistas ou simpatizantes e, com o advento do “neorrealismo” nos anos 1940, a *intelligentsia* de esquerda acabou por conseguir im-

por uma espécie de contra-hegemonia cultural durante as duas ou três décadas seguintes.

De tal modo que somente nos finais dos anos 60, princípios da década de 70 do século passado, é que a revolução literária modernista se tornou conhecida do grande público. Apesar da forte influência que exerceu sobre gerações sucessivas de poetas e da publicação de alguns estudos importantes sobre a sua obra, o público em geral só veio a descobrir Fernando Pessoa mais de três décadas após a sua morte. Em contrapartida, nos últimos trinta anos, em particular desde a liberalização do sistema político em 1974, a admiração por Pessoa e os modernistas tornou-se uma espécie de culto, o que dificulta por vezes o trabalho do investigador para colocar as atividades dessa geração numa perspectiva histórica. Foi tudo o que tentei fazer aqui. Deixando de lado juízos morais e estéticos, que nunca estiveram no meu espírito, espero ter fornecido provas convincentes de que o simbolismo político do modernismo português estava intimamente ligado à crescente tradição do nacionalismo autoritário, a qual proporcionou a legitimação cultural para o golpe militar de 1926 e para a subsequente institucionalização da ditadura de Salazar. Parece-me legítimo argumentar, portanto, que a estética nacionalista recebeu, efetivamente, um impulso significativo, embora ambíguo e contraditório, por parte de Fernando Pessoa e dos seus companheiros modernistas.

MANUEL VILLAVERDE CABRAL é pesquisador emérito do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

Recebido para publicação
em 20 de agosto de 2013.

NOVOS ESTUDOS

CEBRAP

98, março 2014

pp. 95-122

publicações

Cadernos de Pesquisa

Estudos em Avaliação Educacional

Coleção Textos FCC



Fundação Carlos Chagas

www.fcc.org.br